

OLHAR A FLORESTA

Roberto Rodrigues *

O cenário político conturbado em que estamos mergulhados acaba afetando a economia, como todos os analistas vem afirmando. Investidores esperam passar a tempestade para decidir o que fazer e tudo vai ficando adiado. O desemprego segue muito elevado e, sem investimentos robustos, não há sinais animadores para sua redução.

No caso do agronegócio, dois problemas seriam os mais graves: de um lado, o atraso nas votações das reformas indispensáveis para a competitividade de todos os setores produtivos, o agro inclusive; de outro lado, o plano de safra, anunciado no dia 7 de junho passado, deveria refletir as dificuldades político-econômicas do país, mostrando números pouco alvissareiros.

No entanto, as coisas não se passaram de acordo com essa expectativa pouco otimista.

O Plano de Safra foi melhor do que se esperava, até mesmo com algumas boas surpresas diante do que havia vazado dias antes.

Começa com o volume de recursos disponibilizados, da ordem de 190,25 bilhões de reais, cerca de 2,5% a mais do que no ano anterior. Isso fica dentro até mesmo do estipulado pela PEC do Teto, porque a inflação do ano anterior foi de 6,3%. Já a taxa de juros caiu em média 1%, menos do que se esperava. De fato, com uma inflação futura estimada em algo perto de 4% a.a., e com juros reais cabíveis para o agro em torno de 3 a 3,5% ao ano, os juros máximos para o Plano de Safra não deveriam superar 7,5%. No máximo. Ficaram acima disso para a maior parte dos programas. Mas ficaram abaixo para programas muito importantes, como o financiamento para construção de armazéns e para investimentos em inovação tecnológica (6,5%). Já o ABC-Agricultura de Baixo Carbono (onde se insere a Integração Lavoura/Pecuária/Floresta), ficou com 7,5%, mesma taxa para médios produtores (Pronamp e Moderinfra).

O Moderfrota, outro importante elemento para investimentos, teve aumento de recursos, de 5,05 bilhões do ano passado para 9,20 bi neste ano, e os juros caíram 1% também.

A frustração ficou por conta do seguro rural, embora o dinheiro para subvenção tenha crescido, chegando a 550 milhões de reais. Ainda é pouco.

O seguro precisa ser entendido sob um conceito que está claro nos países desenvolvidos e ainda claudica nos emergentes. Garantir a estabilidade de renda dos produtores rurais é o único meio de garantir que esses continuem na atividade. E isto representa garantia de produção de alimentos para evitar a fome. Em outras palavras, a estabilidade da atividade produtiva interessa aos consumidores. Por isso os governos se preocupam em atender aos agricultores: se faltar comida, não há tranquilidade e os governos acabam caindo, visto que a imensa maioria dos eleitores é consumidora.

Eis porque o seguro é tão importante, e deve ser acoplado ao crédito rural e a preços de garantia. E o seguro tem que cobrir as intempéries climáticas mas também a oscilação dos preços. Temos que caminhar nessa direção.

Mas, como disse o Ministro da Agricultura, nessa atual crise terrível temos que olhar a floresta toda e não apenas a árvore.
Resta torcer para que as coisas melhorem logo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**